

CRIMINALIZAÇÃO DA MISÉRIA E IMAGENS DO TERROR:

UMA ABORDAGEM TRANSDISCIPLINAR*

Gizlene Neder

Professora do Departamento de História da UFF e dos Programas de Pós-Graduação em História e de Sociologia e Direito da mesma instituição



www.mst.org.br/multimidia/gfotos/galeria.html

Resumo: O texto enfoca as implicações entre o debate sobre violência urbana, a produção midiática (imprensa) de imagens do terror e o medo na cidade do Rio de Janeiro. O quadro de pânico e sensação de insegurança vivenciada nos grandes centros urbanos no Brasil tem fortes indícios de subjetividade e corrobora o processo de criminalização da miséria, expresso na contemporaneidade pelo clamor por políticas repressivas. O texto procura mostrar a produção simbólica, analisando as primeiras-páginas da imprensa diária, na conjuntura de transição política da ditadura para o Estado de Direito (1978-1988).

Abstract: The text focuses the implications among the debate about urban violence, the production (the press) of images of the terror and the fear in the city of Rio de Janeiro. The situation of panic and the feeling of unreliability lived in the great urban centers in Brazil have strong indications of subjectivity and corroborates the process of misery criminalization, currently expressed by the outcry for repressive politics. The text is willing to show the symbolic production, analyzing the first-pages of the daily press, in the politic transition conjuncture of the dictatorship for the Rule of law (1978-1988).

1. A discussão sobre as políticas de segurança pública, sobre a violência urbana e a questão criminal tem estado no centro do debate político nas últimas eleições para os governos municipais e estaduais; secundariamente, e, curiosamente com menor ênfase, compareceu às campanhas eleitorais para a presidência da República (sobretudo às três últimas, quando se elegeu, e reelegeu-se, Fernando Henrique Cardoso, em 1994 e 1998, mas também nas recentes eleições de 2002, quando foi eleito Luís Inácio Lula da Silva). Também curiosamente, notamos que os episódios ocorridos no sistema penitenciário paulista, em 2001, não receberam o tratamento político necessário. Foram referidos pela mídia e pelas autoridades das instituições políticas executivas, parlamentares e judiciárias sem uma análise acurada das implicações políticas que a magnitude do fato exige.

A ênfase no tema e o acentuamento do medo e das múltiplas percepções e sentimentos de insegurança de um lado (quando se trata de política regional) e, de outro lado, a omissão e o encapsulamento da dimensão política da questão criminal/segurança pública (quando se trata de política nacional) merecem nossa atenção, pois têm uma explicação histórica e sociológica que precisa ser encaminhada.

2. Propomo-nos, neste texto, politizar o debate e nomear os episódios relacionados à criminalidade, à violência urbana e à crise do sistema penitenciário (rebeliões e fugas de presos quase diárias, se computarmos toda a federação brasileira) como movimentos sociais e políticos. Isto porque, tais movimentos são indícios da manifestação do conflito social e político mais amplo presente na sociedade brasileira do tempo presente; encarnam, assim, na forma e no conteúdo, o sintoma deste conflito.

O grau ou a complexidade de organização desses movimentos, a existência ou não de pauta de reivindicações ou projetos políticos não devem constituir obstáculo epistemológico que justifique a desqualificação da dimensão política dos fatos. Qualquer postura acadêmica neste sentido legítima e reitera as atitudes das autoridades públicas instituídas de ignorar (desconhecer) o potencial de protesto e conflito social explosivo que a questão encerra, como fizeram as autoridades paulistas nos eventos da rebelião orquestrada em várias penitenciárias do estado em fevereiro de 2001. Sua desqualificação política, alegando falta de organização, pauta, programa político e etc. é, portanto, um equívoco.

Em relação às rebeliões em presídios brasileiros, tomadas enquanto expressões de um conflito político, sequer podemos lançar mão da classificação destes movimentos como "pré-políticos" como empregado por Eric Hobsbawm, pois, quando o autor escreveu o seu livro "*Rebeldes Primitivos, estudo sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX*" (HOBSBAWN, 1970), aludia a situações históricas em outros contextos, em outros tempos que não eram os da globalização da economia mundial e do crime organizado; do terror e do alto padrão de desenvolvimento tecnológico da contemporaneidade.

Devemos relacionar os episódios recentes da rebelião orquestrada nas penitenciárias paulistas com o quadro mais geral de violência, criminalidade e terrorismo político, vivenciado desde o último quartel do século XX, quando o Brasil realizou o processo de transição política (conservadora) da ditadura militar para o Estado de Direito (CERQUEIRA FILHO & NEDER, 1983). Já no contexto da luta pelas liberdades democráticas em fins da década de 1970 e início da de 1980 (campanha pela anistia de presos políticos, campanha pelas diretas, etc.) publicamos artigo em periódico brasileiro dirigido por Roberto Lyra Filho, onde discutimos os aspectos conservadores que se anunciavam no processo de abertura política. Neste artigo, defendemos que a abertura para ser democrática deveria, para além

das questões constitucionais, levar em conta uma reforma institucional mais apurada das forças de controle social (policial e judicial). O Brasil conheceu uma experiência histórica de formulação e institucionalização de uma Constituição-Cidadã (1988), sem alterar substancialmente o perfil autoritário e excludente das instituições acima referidas, com consequências gravíssimas para o processo de democratização subsequente. De modo que avaliamos toda a complexidade dos impasses colocados neste campo de atuação do Estado brasileiro (segurança pública e direitos), na atual conjuntura, como que derivada do não enfrentamento das transformações das instituições policiais e judiciais brasileiras que os tempos estão a exigir, há mais de duas décadas. Conseguimos, com a nova constituição, alterar as premissas gerais da estrutura jurídico-política da ordem republicana brasileira, mantendo todo o perfil da arquitetura institucional erigida no Brasil, desde a implantação do regime republicano. A república brasileira mantém, portanto, o perfil de uma república autoritária e excludente. A bem da verdade, o país ainda espera pelas grandes reformas que configurariam um caráter mais nitidamente republicano à sua estrutura institucional: reforma da educação, reforma agrária, reforma do judiciário, reforma das instituições policiais, e tantas outras que nem são enfrentadas e nem saem da agenda política.

As relações entre as rebeliões e fugas de presos, os assaltos à mão armada nas esquinas, nos caixas eletrônicos, os Massacres de Vigário Geral (1994) e da Candelária (1993), no Rio de Janeiro, são muitas e não devem ser tratadas separadamente, como se fossem flashes do cotidiano de um mundo-cão que o destino nos empurrou a vivenciá-los, naturalizando, assim, todo um processo de construção social. Como também não podemos deixar de mencionar aquelas ações terroristas mais explicitamente organizadas como a atuação dos grupos de extermínio que agem na periferia dos grandes centros urbanos brasileiros e que guardam semelhanças com o crime organizado (do tráfico, do jogo, etc.), bem como com os comandos e organizações de direita que patrocinaram o atentado do Rio Centro e o processo de intimidação política, através dos atentados às bancas de jornal, para impedir (matar/extermínio ideologicamente) a pequena imprensa alternativa dos pequenos partidos e grupos políticos de esquerda. Fato ocorrido na primeira metade dos anos 1980 e já, também, banido da memória social e das análises políticas.

Há, portanto, decisões e opções políticas e ideológicas, inscritas no pro-

jeto republicano brasileiro, que foram tomadas (e seguem sendo tomadas) desde a implantação da República e o fim da Escravidão no país, no final do século XIX, que estão a implicar e comprometer todo o quadro político recente.

A consideração da intencionalidade e das opções de agentes históricos em situações políticas decisórias não implica, por parte da análise social, uma visão conspirativa do processo histórico, como recentemente tem sido colocado no debate acadêmico brasileiro. Diferentemente de outros objetos de estudo (como a história social da vida cotidiana, ou a sociologia da vida cotidiana, por exemplo), onde o acaso e o inusitado ficam mais evidentes, o analista da política institucional e da história das idéias políticas e sociais depara-se com documentos formulados voluntária e intencionalmente pelos atores políticos implicados (trata-se de páginas e páginas de relatórios, teses, artigos, projetos, estatutos, leis, etc.).

O desafio interpretativo é, portanto, grande. Como fazer uma análise histórica e social do Poder sem mencionar as organizações, as estratégias, as conspirações políticas? Como, enfim, não atentar para o fato de que os poderes públicos (executivos, legislativos e judiciários – em âmbito nacional ou regional) e privados (mormente, uma grande parte da mídia – que nesta virada de século encontra-se oligopolizada – e de outras instituições não governamentais) dissimulam a gravidade da situação carcerária e da violência urbana? Ao mesmo tempo, fragmentam a percepção da violência urbana, através de quadros informativos impressionistas que impedem uma análise da totalidade. Como, ainda assim, o acaso e o imprevisto devem ser considerados e interpretados?

Bem a propósito, recccbemos em 1994 a encomenda de um artigo sobre violência urbana no Rio de Janeiro para uma publicação num periódico de uma ONG muito conceituada (NEDER, 1994, A). O título do artigo que enviamos à editoria da publicação era: "Cultura da Violência e Terrorismo Político". Naquele artigo, defendíamos a idéia de que havia práticas políticas que podiam ser classificadas como terroristas (de grupos de extermínio), e nos referíamos ao Massacre da Candelária e à Chacina de Vigário Geral. Estas ações terroristas, de caráter eminente político, eram dirigidas contra o governo de Leonel Brizola que tinha uma pauta de propostas de estratégias de controle social democrática, que articulava as várias instituições do sistema de segurança pública do Estado, sob a direção política do Dr. Nilo Batista, então vice-governador do Estado. O periódico alterou, sem

nos consultar, o título do artigo, retirando a força da ideia de terrorismo político e esvaziando, ideológica e politicamente, a referência ao projeto político do governo do Estado, democraticamente eleito. E o título que deram ao artigo – à nossa revelia – foi “Em busca de um projeto alternativo”.... Ou seja, a pauta das estratégias do governo foi enunciada e analisada em nosso artigo (portanto, se fosse o caso, devia-se discordar da pauta do governo do Estado do Rio e não deixar no ar que estávamos numa situação de “busca de projetos alternativos” ...). O editor não aceitou a conceituação expressa no título (a de terrorismo político); e, o que mais chamou a atenção, esvaziou a crítica à prática política dos grupos de extermínio. Muitas das interpretações contidas neste artigo que aqui apresentamos já estavam delineadas neste artigo acima mencionado e em um outro publicado, também em 1994, numa pequena coletânea de textos, intitulado “Em nome de Tântalos, aspectos da história do sistema penitenciário no Brasil” (NEDER, 1994, B).

Como, então, não mencionar a intenção dos poderes instituídos (públicos e privados) de dissimular e de se omitir fatos, face ao enfrentamento adequado do conflito social generalizado existente no país, onde a violência urbana e a questão criminal/penal são tão somente a ponta visível de um enorme *iceberg*?

Carl Schorske (SCHORSKE, 2000), num conjunto de ensaios sobre as relações entre a História e a cultura política oferece algumas sugestões metodológicas que permitem desanuviar algumas das tensões mais candentes. Sobretudo nos ensaios que trata das disputas dos diferentes grupos e subgrupos que compunham a elite dominante vienense (em meados do século XIX) em suas tentativas de moldar a política austríaca que passava por mudanças na passagem à modernidade, Schorske destaca os conflitos e lutas políticas e ideológicas que eram manifestados através de reivindicações ao poder e de valores culturais. Menciona, assim, o projeto neo-absolutista (restauração e repressão, associados à modernização da monarquia), arquitetado por Alexander Bach, ministro do Interior, cujas “*politicus firmes e imaginativas dominaram a década pós-revolucionária, tinha em mente um Estado burocrático, altamente centralizado e transnacional*” (SCHORSKE, 2000, P.128). Mas o projeto do ministro austríaco – representando o governo, compartilhava e negociava com outros setores que compunham o campo político dominante: a Igreja e os militares. É, portanto, na análise dos diferentes projetos políticos e, sobretudo, na dinâmica das lutas e conflitos sociais que devemos focar nossa

análise da história social da cultura política republicana brasileira acerca dos destinos da cidadania e dos direitos.

3. As imagens transmitidas pela TV e a reprodução das fotos em jornais do mundo inteiro dos presos do Complexo de Carandiru nus no pátio do *cadeião de São Paulo*, deitados para serem revistados num século XXI recém iniciado, guardam estreita relação com uma outra foto de uma revista individual feita pela polícia do Rio de Janeiro, publicada em cores no jornal O Globo, em 26 de maio de 1995. Trata-se de um jovem afro-descendente, mantido sob a mira da metralhadora de um policial ninja (o policial usa um capuz preto que lhe deixa à mostra somente os olhos e a boca); o rapaz está nu, agachado, com as calças nos tornozelos; a cabeça coberta por um bonê, num beco da favela da Mangueira. Em ambas imagens – dos presos de Carandiru e do jovem mangueirense – vemos corpos nus e em posição subjugada. O impacto das duas imagens (tanto das centenas de corpos dos presos em Carandiru, quanto do rapaz, individual) produz o mesmo efeito ideológico inibidor-repressivo e intimidatório difusa e generalizada.

Ou ainda, outro fato: a transmissão ao vivo, no ano 2000, em cadeia nacional, do assalto ao ônibus da linha 174 na rua Jardim Botânico no Rio de Janeiro. Neste episódio, um assalto à mão armada aos passageiros de um ônibus (rotineiros no cotidiano da cidade) é flagrado pela polícia. Todos os passageiros do ônibus são feitos reféns pelo assaltante por várias horas. Comparecem ao local, além da polícia e de curiosos, a imprensa – escrita, falada e televisiva. O desfecho é o pior possível: após horas de impasses e negociações, os reféns deixam o ônibus aos poucos; o assaltante é o último a descer, tendo a arma apontada para a cabeça de um refém; pelo encaminhamento das negociações, ele estava se entregando. Um policial sai de trás do ônibus e atira e acerta a cabeça da refém – diante das câmeras. Pairou a dúvida sobre qual arma teria atingido a refém, se a da polícia ou a do assaltante. A refém morre; passados tantos meses de investigação interna e sigilosa (já aqui a imprensa não está tão presente), conclui-se que a bala que matou a refém saiu da arma de um policial. Na sequência dos acontecimentos o assaltante é preso e levado para um carro da polícia. Ainda diante das câmeras e em cadeia nacional, assistimos a execução por enforcamento do assaltante; o enforcamento foi feito por quatro policiais que pulam sobre ele que havia sido jogado no banco de trás do veículo; ele morre sufocado. O país assistiu tudo pela televisão. A opressão dos reféns e o medo generali-

zado ofuscaram o debate mais denso e conseqüente que a sociedade brasileira precisa fazer acerca da reforma de suas instituições policiais. Sem meias-palavras, meias-verdades e meias-medidas, a estrutura destas instituições, bem como sua qualificação e preparo precisam ser enfrentados pela sociedade brasileira. O que tem ocorrido é um constante tampar o sol com a peneira: evita-se acusar os policiais (mesmo que a imperícia ou o despreparo os inocentem, não eximem as instituições policiais e o Estado de suas responsabilidades face à sociedade); confunde-se a opinião pública com uma chuva de informações (ou desinformações) e fica tudo como está. Soube-se posteriormente – e novamente aqui enfatizamos, sem muita ênfase ou indignação diante da arbitrariedade policial – que o assaltante era um sobrevivente do Massacre da Candelária. Evidentemente, que o fato dele ser um sobrevivente de uma chacina (na qual estavam envolvidos policiais) não o inocenta no caso do assalto ao ônibus. Apenas atesta a pertinência da exigência de uma análise que tente recompor a teia dos variados e complexos indícios simbólicos que ligam esses episódios.

A despeito da paginação folhetinesca do noticiário policial diário que apresentam em flashes uma sucessão de episódios, imagética e discursivamente, fragmentados, não podemos nos deixar aprisionar pela armadilha do real simbolizado e tentar interpretar todos esses acontecimentos dentro de uma análise que possa identificar os pontos de conexão entre eles. Todas essas imagens exigem uma análise mais cuidadosa de várias questões identitárias importantes no tempo presente: os projetos de sociedade que se tem para o Brasil e a definição de uma concepção histórica, cultural e política sobre os direitos em termos definitivamente republicanos e democráticos.

4. Neste quadro, convém levantar algumas questões de caráter histórico e sociológico, ainda pouco discutidas. Tem havido uma forte tendência a tomar a conjuntura através de avaliações impressionistas e fragmentadas, como afirmamos acima. Estas avaliações são calcadas num relativismo excessivamente monolítico do ponto de vista teórico e metodológico, a ponto de engessar e obliterar as interpretações críticas e novas (tal como as análises excessivamente generalizantes da totalidade histórica também o fazem). A análise estrutural tem sido, portanto, pouco relevada, pois a desqualificação da referência à totalidade histórica e social nos meios acadêmicos brasileiros nos últimos tempos tem

produzido efeitos de inibição desta abordagem entre os cientistas sociais. Evidentemente, a hegemonia das posturas epistemológicas fundadas no relativismo, que, entre a intelectualidade brasileira – como quase sempre tem acontecido com quase todos os paradigmas, religiosa e obediência por ela adotado – torna-se muito mais que relativista. Ela é ultra-relativista, esvaziando o que de melhor esta postura trouxe para o Humanismo crítico, e tem dado uma poderosa contribuição para o descrédito nas análises estruturais.

As análises sociais e políticas mais simplificadoras insistem na ênfase às “causas econômico-sociais” (a miséria) para explicar a violência urbana, a criminalidade ou a falência do sistema penitenciário no Brasil contemporâneo. Algum refinamento das interpretações correntes foi alcançado através da defesa da necessidade de se reconhecer o “medo subjetivo”. Entretanto, ainda estamos longe de apresentar dados empiricamente mais concretos sobre este aspecto. Precisamos ir mais fundo e tentar identificar este medo.

O quadro de pânico e sensação de insegurança vivenciada nos grandes centros urbanos brasileiros tem fortes indícios de subjetividade. O sentimento de insegurança, ainda que localizado no plano psico-social, tem uma concretude histórica e sociológica; faz parte do acontecer social. Tentaremos mostrar a materialidade da produção simbólica do terrorismo ideológico, praticado de forma difusa, porque não mostra sua verdadeira face política. Sua face está escondida, e os alvos dos atentados não são, aparentemente, nem os políticos, nem grupos políticos, mas pessoas comuns, do povo, que vêm seu cotidiano invadido pelas imagens do terror. Atribuímos esta situação, em parte, às heranças históricas da inquisição ibérica e da escravidão, que marcam profundamente a sociedade brasileira e estão a produzir efeitos na cultura política e jurídica até o tempo presente.

O efeito de continuidade e permanências culturais num processo histórico de longa duração tem sido observado pelos historiadores, quando analisam certas situações na história do tempo presente. Este é o caso do historiador italiano Carlo Ginzburg (GINZBURG, 1993), ao verificar a presença da inquisitorialidade em processo judiciário recente. Nas anotações à margem do caso Sofri, Ginzburg analisa o processo judicial de um velho amigo, preso há mais de 20 anos na Itália, acusado de participar de atentados em Milão praticados pelo grupo *Lotta Continua*, na década de 1970. O tratamento que dispensa, em fins do século XX, às

provas contidas nas atas do processo judicial de Milão e a instrução que o precede o fez refletir sobre as relações intrincadas e ambíguas entre o juiz e o historiador. Sobretudo, permitiu ao historiador italiano, especializado na pesquisa com os processos inquisitoriais do século XVI, a observar estas permanências de longa duração da inquisitorialidade nos processos judiciais na contemporaneidade.

Neste artigo, enfocaremos a cultura da violência e o terrorismo no último quartel do século XX, através da circulação de imagens do terror, no interior da formação ideológica brasileira. O encaminhamento teórico-metodológico deste trabalho baseia-se, por um lado, no recorte de uma dimensão empírica sistemática que fundamenta algumas de nossas conclusões. Realizamos uma seleção de imagens fotográficas das primeiras páginas da imprensa sensacionalista no Rio de Janeiro no período compreendido entre 1978 (início do último governo militar) e 1988 (ano da aprovação da nova Constituição Brasileira). Portanto, uma conjuntura chave para o entendimento do processo de transição política conservadora do regime ditatorial para o Estado de Direito. Estes marcos não são, entretanto, rígidos. O recorte cronológico de uma década que engloba uma conjuntura de mudança (último governo de um regime, processo de convocação de Assembleia Nacional Constituinte e volta do Estado de Direito) foi adotado para a realização de uma coleta sistemática das primeiras páginas, onde utilizamos o critério de seleção de imagens exibindo a morte, os corpos mutilados e os ferimentos graves. Por outro lado, alargamos nossa observação para a década de 1990 e além, com vistas a articular algumas de nossas conclusões aos desdobramentos dos embates ideológicos e políticos que, pela ausência de um pacto político e social mais abrangente e democrático, não foram resolvidos, tornando o processo de transição política mais longo do que o próprio período da ditadura.

A definição da produção imagética a ser observada e interpretada orientou-se a partir da escolha de um periódico da imprensa diária carioca que contivesse três qualidades: seriação completa no período enfocado (1978-1988), para fins de observação da repetição dos fatos a serem observados; especialização reconhecida na produção cultural de uma imprensa voltada para o noticiário policial; circulação expressiva e penetração entre as classes populares. O jornal *O Dia*, fundado em 1951, por Chagas Freitas era reconhecidamente um jornal com estas características. Não encontramos outro periódico que contivesse características semelhantes, passíveis de serem compa-

radas, na temporalidade enfocada pela pesquisa, na cidade do Rio de Janeiro. Trabalhamos tão somente as fotos das primeiras páginas. Nos dez anos observados, escolhemos fotos de cadáveres, mutilações, linchamentos, etc. Obtivemos a seguinte quantidade de fotos com estas especificações:

Tabela 1: Jornal “O Dia” – RJ

[1978-1988]

Ano	fotos de cadáveres
1978	19
1979	25
1980	30
1981	12
1982	54
1983	80
1984	81
1985	80
1986	39
1987	55
1988	13

Seja na análise das fotos sistematicamente selecionadas, ou na recolha aleatória de fotos e episódios políticos do último quarto do novecentos, adotamos procedimentos epistemológicos do método indiciário (CERQUEIRA FILHO & NEDER, 1997). Carlo Ginzburg (GINZBURG, 1989) articula uma reflexão sobre este paradigma indiciário (segundo ele milenarmente utilizado pelo saber prático de caçadores), que foi retomado por alguns pensadores e pesquisadores da virada do século XIX para o XX. Ginzburg ressalta a importância da formação médica, que trabalha com o sintoma que dá pistas e indícios a serem pesquisados (também e inclusive) pela intuição. Estes procedimentos epistemológicos de fins do século XIX aparecem, segundo ele, no romance policial de Conan Doyle (que tinha formação médica), no método de classificação/identificação do crítico de arte Giovanni Morelli (médico) e a interpretação psicanalítica do médico neurologista e psiquiatra Sigmund Freud, fundador da Psicanálise. Tal procedimento propõe um método heurístico centrado nos dados marginais, nos detalhes e nos resíduos, que, manifestados involuntariamente, são considerados reveladores, pois implicam, geralmente, um movimento constante de reincidência e repetição.

Ao mesmo tempo, complemen-

tarmente, seguiremos a metodologia, histórico-semiótica, adaptada por Ana Mauad Essus (ESSUS, 1996); esta metodologia não contradiz a análise sintomal por nós a adotada. Destacaremos, tendo em vista a forma do conteúdo: o ano, a agência produtora, o tema retratado, as pessoas retratadas, atributo das pessoas, atributo da paisagem, tempo retrato (dia/noite). Tentamos, igualmente, seguir seu roteiro para analisar os elementos da forma de expressão, a saber: tamanho da foto, formato da foto e suporte, tipo de foto, enquadramento e produtor (no caso, sempre o fotógrafo do jornalismo profissional).

Portanto, devemos indagar-nos:

1) Quais os indícios manifestos do medo subjetivo, que no Brasil, e especificamente no Rio de Janeiro, identificamos como *medo branco*? 2) Que parte do real contingente sustenta as fantasias do medo subjetivo na formação ideológica brasileira? 3) Como e quando ocorre o movimento de reincidência e repetição do *medo branco* na cultura política brasileira? 4) E, por fim, quais as opções estratégicas de controle social que hegemonizaram, do ponto de vista da prática ideológica e social, o processo político brasileiro?

Este encaminhamento metodológico aplicado às Ciências Sociais foi mais acolhido, no Brasil, entre os historiadores, campo de produção acadêmica muito ativo nas duas últimas décadas. Sobretudo, porque a metodologia indiciária foi primeiramente desbravada (sem a utilização desta terminologia) pelo historiador francês Marc Bloch (BLOCH, 1965), um dos fundadores dos *Annales*, periódico que revolucionou o campo dos estudos históricos no período entre-guerras. No *"Ofício do Historiador"*, Marc Bloch refere-se à com conjunto de princípios e métodos que se enquadram no que Ginzburg aponta como "método indiciário". Por outro lado, devemos atentar que este livro de Bloch constitui um manual de metodologia, contendo considerações sobre a pesquisa histórica (alcance dos resultados obtidos, validade "científica", subjetividades intervenientes possíveis de aparecer durante processo de investigação, etc.). Pode, portanto, ser aplicado por historiadores de diferentes concepções de Filosofia da História, de campos políticos diversos, e de formações ideológico-discursivas divergentes. Marc Bloch chama a atenção para aspectos subjetivos presentes nos estudos históricos, na medida em que, para ele, o objeto da História é os homens. A ênfase no plural, a seu juízo, acentua as especificidades e particularidades históricas contra toda naturalização das relações sociais. Bloch

aponta o caráter indireto do conhecimento histórico e o "ofício do historiador" é comparado por ele com o do policial. O conhecimento do passado é um conhecimento indireto, através dos *vestígios* e deve-se levar em conta os *relatos das testemunhas...* Deste modo, adverte sobre a necessidade de proceder-se a um confronto de provas (*vestígios*) dos vários *testemunhos*, que, por outro lado, devem ser relativizados quanto à visão de mundo, inserção de classe de quem "fala" pelo documento. Adverte sobre intencionalidade do registro testemunhal, lembrando que o testemunho involuntário é o melhor testemunho. Portanto, também através das metáforas, metonímias, atos falhos, deslocamentos, etc, como já sugerira S. Freud, podemos recolher este testemunho indireto, involuntário. Alargamos e complementamos, assim, as possibilidades de análise além daquelas imaginadas por Bloch, contemporâneo de Freud, igualmente de origem judaica e que, ao contrário do médico austríaco, não escapou da morte prematura em um campo de concentração (CERQUEIRA FILHO & NEDER, 1997).

Este método implica uma prática interpretativa, situada no âmbito da micro-história, tal como a define Giovanni Levi, para quem a micro-história, profundamente envolvida em intercâmbios e trocas com as ciências sociais "é essencialmente uma prática historiográfica em que suas referências teóricas são variadas e, em certo sentido, ecléticas" (LEVI, 1992; p. 133). Não está relacionada às micro-dimensões de seus objetos de estudo, mas é uma prática essencialmente baseada na redução da escala de observação; portanto, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental. Esta redução de escala é um procedimento analítico que pode ser usado em qualquer circunstância, independentemente do lugar ou das dimensões do objeto analisado. Neste sentido, a micro-análise (operada através de exemplos) seleciona um ponto específico, a partir do qual se exemplificam conceitos gerais - em vez de funcionar como ponto de partida para um movimento mais amplo em direção à generalização. De modo que, a micro-análise procura não subordinar o conhecimento dos elementos individuais a uma generalização mais ampla; ao contrário, destaca as particularidades, e acentua os detalhes contingentes nas vidas e nos acontecimentos individuais. Não rejeita, entretanto, todas as formas de abstração, pois fatos aparentemente insignificantes podem servir para revelar um fenômeno mais geral.

Colocaremos, portanto, mais adiante, a lente de aumento nas fotos acima selecionadas e tentaremos interpretar

a conjuntura de um ponto de vista histórico-social, político, ideológico e cultural.

5. É através da decifração do passado recente da cidade do Rio de Janeiro, ou da recente crise no sistema penitenciário paulista, que tentamos ver as pistas e os indícios das opções de controle social erigidas a partir do fim da escravidão e da implantação do regime republicano. A atitude cognitiva deve envolver operações intelectuais abstratas - análises, comparações, classificações, buscando-se sempre a fuga (escape) do iluminismo jurídico; este, responsável pela cristalização de uma dogmática jurídica determinista e pré-conceitual.

Tanto na questão da violência urbana na cidade do Rio de Janeiro, quanto na questão carcerária, encontramos a definição de uma opção moderno-conservadora e autoritária de controle social.

Dois condutos inscritos na repetição e re-apropriação sucessivas de permanências histórico-culturais de longa duração saltam aos olhos na leitura textual das fotos. De um lado, a *Escravidão*, presente entre nós por séculos, confere a especificidade do processo de criminalização da miséria no Brasil. Ao mesmo tempo, pontua as fantasias que circundam o medo subjetivo, especialmente no Rio de Janeiro. *Medo branco*, na cidade que já foi, no século XIX a maior cidade negra entre as duas margens do Atlântico (CHALHOUB, 1988). Desnecessário lembrar o lugar da cidade, ex-capital do país, no processo de construção da idéia de nação. Mesmo após a transferência do governo para Brasília, em 1960, o Rio de Janeiro seguiu atuando como caixa de ressonância social, política e cultural de todo o país (NEDER, 1995, pp. 131-154). De outro, a cultura jurídica brasileira é marcada pela *Inquisição*, onde aspectos de permanências histórico-culturais redundam em práticas de tortura e sadismo, naturalizadas e embronhadas no acontecer social. Portanto, destacamos a dimensão histórica da inquisitorialidade, das práticas de tortura e de sadismo que podem evidenciar os contornos da cultura jurídica difundida na formação social brasileira, imposta pelas práticas religiosas, e amalgamadas às formações inconscientes presentes na ideologia. As práticas judiciais e policiais calcadas, nesta cultura jurídica herdeira da inquisitorialidade, constituem uma violação dos direitos individuais, tal como postulados pelo paradigma legalista que, por sua vez, preside as concepções jurídicas formais (através de legislações específicas) que informam a construção de normas de (i)legalidades no Brasil. Exatamente nesta disjunção é que localizamos um ponto de tensão que acaba por favo-

recer o arbítrio e o não cumprimento da lei, ou, melhor dizendo, a ignorância simbólica da lei, como bem o coloca Gisálio Cerqueira Filho (CERQUEIRA FILHO, 1993).

Analisaremos dois conjuntos de fotos de primeiras-páginas de *O Dia*, tendo em vista estes dois condutos acima referidos: a Escravidão e a Inquisição.

No primeiro conjunto, destacamos as fotos onde a domesticação dos corpos alude a criminalização da miséria. Tentaremos relacioná-las às múltiplas sutilezas das fantasias absolutistas de controle absoluto (NEDER, 1996) sobre o corpo do escravo, e dos ex-escravos, convertidos em trabalhadores urbanos pobres, no pós-abolição no regime republicano. No segundo conjunto de fotos, trabalharemos a teatralidade da difusão das imagens de cadáveres nas primeiras-páginas, tendo em vista relacioná-las a internalização do medo e da disciplina, tal qual nos autos-de-fé dos tempos da Inquisição.

Escravidão, domesticação dos corpos e criminalização da miséria:

No Rio de Janeiro, desde o fim da Escravidão, redefine-se, além do próprio processo de criminalização, as áreas do espaço público entre os grupamentos étnico-culturais e/ou classes sociais quanto ao poder e/ou não poder referidos aos direitos de ir-e-vir (circular) e permanecer; além do emolduramento dos padrões de conduta e de sociabilidade urbanas (NEDER, 1997). Com isto, os trabalhadores urbanos pobres, que são, geralmente afro-descendentes, são desalojados das áreas centrais da cidade. Nas duas primeiras décadas do regime republicano (1890/1910), encontramos um debate rjco sobre a questão, onde as várias propostas de disciplina e modernidade se apresentaram. A partir da década de 1920, a estratégia excludente e autoritária ganhou concretude histórica. A vitória destas forças conservadoras não significa, entretanto, que outros projetos de cidade não tenham sido pensados. O fato de estes outros projetos terem ficado submersos também não significa dizer que não possam ser exumados e emergir em outras conjunturas onde se confrontam as propostas remoção versus urbanização das áreas habitadas pelos trabalhadores pobres. Presentemente, estes dois campos de forças político-ideológicas tornam a se confrontar. A saída da ditadura militar colocou novamente as classes médias altas em pânico diante da ausência de controle social autoritário. O *medo branco* (MALAGUTI BATISTA, 2004)

tem se manifestado em diferentes situações, com a ajuda de uma boa parcela da mídia, para justificar a adoção de políticas repressivas de controle social e questionar fortemente as opções democráticas. A idéia de que o “morro vai descer”, ou mesmo a construção da oposição entre “morro *versus* asfalto”, povoam há mais de um século as fantasias da sociabilidade urbana carioca.

Do mesmo modo, na conjuntura de implantação da República encontramos uma gama variada e rica de propostas para as mudanças na estrutura institucional do Estado, onde o controle social e a disciplina sob a ótica da questão criminal/penal receberam especial atenção de vários intelectuais de diferentes campos de saber (juristas penalistas e médicos que incorporavam, inclusive, as considerações de Freud, para defender a criação de hospitais judiciários, deslocando para o campo médico a punição e o controle social).

O *medo branco* tem marcado, portanto, as práticas políticas e ideológicas na sociedade brasileira. Em uma formação histórica vincada pelas heranças da Escravidão, não podemos deixar de refletir sobre seus efeitos múltiplos. Estes se apresentam em diferentes manifestações culturais, que persistem ao longo dos tempos. Desde a abolição da escravidão, o pensamento social e político brasileiro vêm expressando nitidas preocupações com a massa de trabalhadores afro-descendente. Influenciado pelas argumentações do pensamento europeu relativamente à emergência das *massas* e das *multidões* na cena política com o advento do movimento operário organizado desde segunda metade do século XIX, o pensamento social e político brasileiro também reflete sobre as estratégias de controle social e disciplina.

No momento da saída do escravismo, na última década do século XIX e duas primeiras do XX, houve mudanças nas estratégias de controle social. Estas estratégias, que eram praticadas dentro das fazendas pelo senhor de escravos (pelos seus capatazes e pelos capitães-de-mato), foram deslocadas para o âmbito do Estado, agora republicano, que passa então a modernizar e sofisticar as estratégias de controle social. Inscreve-se neste quadro, todo o processo de reestruturação das instituições policiais (sobretudo na cidade do Rio de Janeiro, Capital Federal). Naquela conjuntura especulava-se sobre as formas de garantir a ordem e a disciplina num país de ex-escravos; particularmente, a ordem republicana definia-se claramente por uma opção de manutenção da exclusão social. O serviço militar obrigatório foi estabelecido antes de termos obrigatoriedade da

instrução básica. Evidentemente, que, neste caso, deinceava-se claramente as preferências por estratégias de controle social autoritárias, com pouca ênfase na Educação.

Vivemos presentemente um quadro parecido. Como na saída do escravismo e do regime monárquico, na conjuntura de saída da ditadura militar, o pensamento político especula sobre a capacidade dos brasileiros de diferentes classes sociais e de diferentes origens étnico-culturais de tomar a História em suas próprias mãos, no processo de construção democrática. A ênfase nesta comparação explica-se pela possibilidade de análise das estratégias de controle social e disciplinamento em situações de mudança na estrutura do poder. Na transição do regime militar para o Estado de Direito, o cotidiano dos brasileiros vê-se abalado pelo pânico e pela incerteza face à elaboração e aplicação de estratégias de controle social, uma vez alterada as práticas assumidamente repressivas e excessivamente vigilantes no período ditatorial. *Medo branco*, face aos trabalhadores pobres e negros, cria um ambiente psicosocial que tende a maximizar as representações sobre o “aumento da criminalidade e da violência” nas grandes cidades; contribuindo, assim, para a generalização do conflito e para o apelo de propostas calçadas numa argumentação repressora, fundamentada num ideário conservador. Vale a pena registrar que encontramos situação semelhante no início do século no país. A pesquisa que realizamos com os grandes jornais que circulavam na Capital Federal revela uma grande preocupação com o “aumento da criminalidade e da malandragem” no Rio de Janeiro. Estes mesmos jornais (“O País ou o “Jornal do Brasil”, por exemplo) reclamavam veementemente por uma melhor atuação da Polícia, diante da *desordem urbana* e do *caos social* (NEDER & NARO, 1982).

Concomitantemente, notamos que, apesar das características predominantemente conservadoras da transição política brasileira na contemporaneidade, ocorreu, desde 1985, uma ampliação das conquistas populares; esta ampliação produz reflexos significativos e positivos na liberdade de imprensa e na ocupação mais democrática dos espaços públicos e na livre circulação de todos os agentes históricos pelas cidades. Vemos, portanto, que os momentos de crise política implicaram um esgotamento do autoritarismo. O desgaste da ditadura militar, na conjuntura atual, abriu possibilidades de alargamento da participação política e mais liberdade de movimentação para as classes subalternas. Nesta conjuntura, a formação histórico-social experimenta uma situação de conflito so-

cial aberto; a pequena burguesia urbana ilustrada e formadora de opinião reclama por disciplina, ordem e repressão.

Se tomarmos a frequência de fotos das primeiras-páginas, onde cadáveres assassinados com requintes de sadismo encontram-se expostos, salta aos olhos, em primeiro lugar, o aumento deste tipo de foto, na medida em que se aprofunda o processo de transição política para o Estado de Direito, das lutas pelas liberdades democráticas e pela anistia (ver tabela 1). Encontramos 19 primeiras-páginas com cadáveres em 1978 e 12 em 1981. Em 1982, ano das eleições para governadores (as primeiras eleições diretas no país, desde o golpe de 1964) esse número sobe para 54. Entre 1983 e 1985, período o primeiro governo de Leonel Brizola no Rio de Janeiro, esse número é de 80/81 fotos, por ano. Dos 365 dias de cada um destes três anos, ao leitor d'O Dia foi bombardeado em torno de 21% dos dias com essas imagens. Poderíamos inferir que, com a abertura política, lenta e gradual e o fim da censura à imprensa, tais imagens (de mau gosto para as elites) tornaram-se mais frequentes. Ou, ainda, poderíamos, bem ao gosto dos setores conservadores, imputar ao governador (representante de parte das forças políticas do pré-1964, derrotadas pelo golpe militar) ou às políticas de direitos humanos tentadas como responsáveis pelo aumento da violência e da criminalidade na cidade. Contudo, se dirigirmos nosso olhar, como está sugerido acima, para a conjuntura do pós-abolição e regime monárquico, veremos que a complexidade das lutas político-ideológicas exige uma interpretação mais refinada. Isso porque podemos observar uma repetição na postura da imprensa e dos setores que reclamam por ordem e repressão.

Diante da possibilidade de expansão das liberdades democráticas para além dos direitos meramente políticos; diante das implicações da expansão destas liberdades para direitos civis de grandes minorias sociológicas, afro-descendentes; e se, concomitantemente, pensarmos na gradativa e lenta distensão da circulação de todos pela cidade, podemos vislumbrar tais imagens de corpos dilacerados, decepados e enforcados enquanto imagens inscritas na retomada de um processo inibidor-repressivo mais amplo e difuso.

Tomaremos 2 fotos deste período: uma do ano de 1982 e outra de 1984. Pela ordem, as duas fotos têm como tema a morte violenta. A primeira delas, de 10 de agosto de 1982, ocupando toda a metade esquerda da primeira-página, dois corpos atirados num terreno baldio são retratados; os cadáveres estão vestidos e, ao fundo, encontra-se um grupo de mulhe-

res, aparentemente indiferentes à cena (parece que conversam entre si; duas delas estão de costas para os cadáveres). Na metade direita da primeira-página estão retratadas duas crianças libanesas raquíticas; elas estão deitadas, nuas, em posição fetal, como as fotos dos campos de concentração nazistas. O título da matéria sobre o Líbano está abaixo da foto: "Líbano: terror, fome e miséria". A manchete, em letras garrafais, que cobrem o topo das duas fotos (a da esquerda e a da direita) é sugestivo: "Tiros só na cabeça (em letras menores) TORTURADOS E EXECUTADOS". Temos, portanto, na primeira página as palavras: torturados, executados, terror, fome e miséria. Se os corpos nus não são daqui, a fome, a miséria e o terror são.

Numa outra primeira-página, de 6 de novembro de 1984, o corpo de um menino é retratado; ele está nu da cintura para baixo; há pessoas da família retratadas: uma mulher desmaiada e amparada por outras duas; uma mulher mais jovem, e outro menino, sem camisa choram sobre o cadáver. Ao fundo, algumas pessoas observam a cena. Esta foto condensa todos os elementos discursivos do medo: a nudez, a alusão à violação do corpo, o desespero da família, e a própria expressão da miséria social.

Ver, olhar e sentir: sobre o olhar escópico, o medo e a internalização da disciplina

A colonização ibérica estendeu para o além-mar a Inquisição. Junto com ela, foi introduzida toda uma gama de práticas ideológicas que impregnaram o acontecer social e que se desdobraram detalhando as práticas jurídicas do sistema penal fundado na tortura, na confissão, na delação e na suspeição (e, por conseguinte, na "condenação" sem direito à defesa do acusado). Os autos-de-fé realizados em praça pública propiciavam a teatralização (BALANDIER, 1982) de um conjunto de alegorias do poder que vincularam o processo de ideologização e garantiram uma organização social rígida e hierarquizada; nesta organização, as classes subalternas mais que compreender, ao nível da razão, foram (e seguem sendo) levadas a *ver e sentir* seu lugar na estrutura social; bem como a reconhecer nos logradouros públicos este mesmo lugar, tendo sua movimentação e circulação um padrão de conduta muito bem disciplinado. Este padrão de disciplina e hierarquia foi transplantado para as colônias portuguesas e o Brasil, longe de constituir-se numa sociedade amorfa e dispersa (como a interpreta o pensamento político autoritário para justificar a necessidade do Estado forte), possui uma organização social muito bem estruturada, com

baixa mobilidade social, dispensando que o *apartheid* seja explicitado nos textos legais, como ocorreu na África do Sul, por exemplo (DA MATTA, 1981).

Estas permanências simbólicas estão tão arraigadas que podemos fazer uma interpretação analógica entre os efeitos de internalização ideológica da teatralidade do poder nas *praças públicas* (autos-de-fé na Inquisição) com a presença escancarada de uma imprensa diária cada vez mais sensacionalista, a estampar nas bancas de jornal o terror de corpos mutilados. Como o Rio de Janeiro, ou São Paulo, hoje, não é a Lisboa do século XVII, as bancas de jornal estão cumprindo o papel das praças públicas para onde acorriam multidões para assistirem os autos-de-fé e impressionarem-se e regozijarem-se com a queima de judeus, bruxas e hereges. Se os autos-de-fé constituíram-se em momentos de purificação da fé, representavam também situações onde se expunham as atrocidades possíveis de serem praticadas (mutilações, fogueiras, etc) geralmente contra grupos étnico-culturais marginalizados, excluídos.

Na saída da ditadura recente, pensamos que na medida em que as estratégias de controle social autoritária das instituições de controle social formal (Polícia e Justiça) deram sinais de esgotamento com o alargamento das conquistas democráticas, esta imprensa sensacionalista passou a cumprir um papel inibidor-repressivo, exibindo um horror cotidiano. Com a produção imagética do terror apresentando diariamente mutilações e com a presença de um discurso minudente, detalhista, das atrocidades sofridas pelo "condenado", a banca de jornal, como a praça, oferece às classes subalternas, comprovadamente consumidoras preferenciais desta imprensa sensacionalista (de mau gosto para as elites), elementos de controle social informal, de alguma forma eficaz. Na medida em que nos afastamos, com o passar do tempo, das lembranças da ditadura, e que seu potencial inibidor-repressivo vai se esmaecendo na memória social, as classes subalternas vão, aos poucos, ocupando mais livremente os espaços públicos (as praças, as ruas e as praias); vão circulando mais, disputando logradouros antes nunca frequentados. Destarte, a imprensa sensacionalista e apelativa como a dos jornais "O Povo" e "A Notícia" no Rio de Janeiro e "Notícias Populares" em São Paulo, ganham as ruas. Mais especificamente a partir de 1980 afirmam-se, circulando em bancas de jornal que estão cada vez mais pobres culturalmente e menos diversificadas do ponto de vista político, com a tendência a oligopolização da imprensa. Ainda que consideremos esta ten-

dência como universal, também não nos esqueçamos que os atentados às bancas de jornal (terrorismo de direita), praticados contundentemente contra a imprensa alternativa (os pequenos tablóides de esquerda) nos anos finais do regime militar contribuíram sobremaneira para esta oligopolização no Brasil.

Tendemos a interpretar o gosto e a difusão da imprensa policial que retrata requintes de sadismo no detalhamento e descrição dos crimes, inclusive com o uso abusivo de fotos de mutilados, geralmente desnudos, com os seus órgãos sexuais expostos, combinados com o processo de transição política no Brasil. Na sociedade de massas, esta cultura da violência, que aparece tanto na imprensa, quanto na televisão, constrói alegorias de terror político através de imagens que difundem medo e horror. Mormente na conjuntura de saída da ditadura, a fantasmagoria presente nas grandes cidades brasileiras fez da palavra *violência* a mais falada e o tema mais debatido por todos. O debate sobre a violência converteu-se em mecanismo garantidor do uso da repressão policial sobre as classes subalternas, já que a transição política (ilusoriamente saudada como democrática), possui um viés de cunho conservador. Avalizou-se, assim, a manutenção do modelo econômico de exclusão social, voltado para o mercado externo. Sublinhe-se que saímos de uma situação histórica de extrema repressão com uma parte da opinião pública clamando por mais repressão.

Na conjuntura de saída da ditadura o debate sobre o aumento da violência e da criminalidade coadjuvou uma estratégia de passagem do poder aos civis; este debate garantiu a saída da ditadura com salvaguardas (re-aparelhamento das polícias, criação de novas unidades de operações como a Rota, em São Paulo, e o Nucoe, no Rio de Janeiro, por exemplo).

Misturando as temáticas das manchetes da primeira-página de 22 de março de 1984, O Dia coloca lado a lado as fotos da passeata do movimento nacional pelas Diretas-Já e a foto de um cadáver. No canto esquerdo da página, uma foto da Avenida Rio Branco, tomada pelos manifestantes; abaixo da foto a manchete "Alegria na passeata". No centro da página, a foto de um cadáver; trata-se de um rapaz, estirado de bruços num meio-fio. A manchete, acima da foto: "Silenciada a testemunha". É uma manchete secundária; a principal, encima e engloba as duas fotos (a da passeata e a do cadáver): "ESQUADRAO ABRIU PLACAR DA MORTE". O detalhe que nos chamou atenção nesta primeira-página é sobretudo a chamada sobre a "testemunha silenciada", a nos indicar uma advertência censória subliminar: que os movimentos

sociais e políticos tratassem de encontrar o tom justo de suas demandas, para não serem silenciados. Evidentemente que o regime ditatorial estava esgotado politicamente; portanto, sem a força política que experimentara outrora. Contudo, como estamos preocupados com os aspectos simbólicos do real, interpretamos a advertência a partir da produção de seus efeitos inibidores-repressivos no imaginário.

Na conjuntura de saída da ditadura, verificamos que, ao lado de uma crise econômica profunda e prolongada, há um grande desgaste e deslegitimação das estruturas de poder e suas instituições, sobretudo em função da corrupção generalizada nos órgãos governamentais. Paralelamente, assistimos o crescimento do crime organizado. Sobretudo que a crise tem dimensões internacionais (crise de identidade étnico-nacional, do socialismo real, culminada com a queda do Muro de Berlim) com o deslocamento do eixo das estratégias militares norte-americanas para o combate ao tráfico internacional de drogas. No cerco às rotas tradicionais do tráfico, o Brasil passou a ser rota alternativa. Ao mesmo tempo, podemos especular sobre o destino da indústria armamentista⁶. Uma vez finda a guerra fria, o continente latino-americano viu-se invadido pela entrada maciça e ilegal de armamentos bélicos sofisticados, já que o narcotráfico é um consumidor potencial (CASTAÑEDA, 1990).

Importante destacar a possibilidade de combinarmos as linhas interpretativas já apontadas que aludem às relações entre a conjuntura de saída do regime ditatorial com o crescimento do tráfico de entorpecentes e seus desdobramentos com os aparatos do crime organizado.

Queremos com isto dizer que, para além de interesses políticos localizados na estrutura de poder instituída, devemos considerar os interesses do narcotráfico no terrorismo presente na imprensa sensacionalista. Sem perda de qualquer substância da análise dos efeitos de intimidação e controle social das classes subalternas que moram nos morros e nas periferias das grandes cidades, no sentido acima apontado, as imagens do terror garantem ao crime organizado o controle político e o silêncio em áreas e territórios da cidade sabidamente obscuros e desconhecidos, porque estigmatizados e discriminados socialmente; o que garante uma margem bastante grande de ação e movimentação deste poder paralelo ao Estado.

Ao mesmo tempo, como dissemos, as classes subalternas vêm ocupando os espaços públicos, causando pânico e fantasias de "caos social", fantasias que são,

entretanto, partes constitutivas do imaginário; mas que têm base concreta num real que suporta a formação ideológica. Os trabalhadores pobres afro-descendentes não estão mais tão somente nos territórios a que estiveram historicamente confinados. No entanto, a eleição dos marginalizados sociais (aquele segmentos étnico-culturais que se situam à margem da sociedade) como "bode expiatório" nos momentos de crise econômico-social aguda é tema bastante estudado pelos historiadores, quando abordam o racismo (judeus), mulheres (bruxaria) e outros excluídos, como os leprosos e hereges, na sociedade européia na Idade Média e nos tempos modernos (GINZBURG, 1991). O mais dramático na situação brasileira é a eleição de crianças e adolescentes (entre 12 e 17 anos, do sexo masculino) geralmente de etnia afro-brasileira, como "bodes expiatórios", que são demonizados, pela criação de sua monstruosidade (YOUNG, 2002).

Assistimos, neste início do século XXI, a mesma prática política e os mesmos sentimentos dispensados aos escravos e aos pobres e livres; *arrogância e descaço*. Estes são a base dos traços mais significativos das relações psico-afetivas entre as classes sociais no Brasil. Com uma industrialização vinculada à tecnologia e capitais estrangeiros e com a progressiva mecanização do campo, mais excedentes sociais são gerados que, na ausência de reformas de cunho radical (reforma agrária, educação pública de qualidade), acabam sendo colocados na linha de tiro do extermínio.

Entre as fotos de primeira-página d'O Dia, observamos a repetição da exibição de cadáveres circundados de pessoas que observam a cena. Destarte, se a exposição nas bancas de jornal destas fotos, por si só, implica, como sustentamos acima, a re-apropriação cultural dos autos-de-fé, cuja teatralidade produz efeitos inibidores-repressivos, encontramos nestas fotos um efeito escópico duplamente direcionado. O olhar do leitor torna-se direcionado pelo olhar dos circundantes que compõem o texto da foto. Esta particularidade confere a eficácia dos autos-de-fé no tempo presente. O espetaculoso do efeito inclui, ainda, cenas de familiares e parentes das vítimas, que expõem publicamente seu sofrimento. É o que ocorre com a primeira-página de 10 de julho de 1987.

Esta primeira-página reúne vários elementos presentes na montagem da teatralidade: os corpos exibidos são dois, em duas fotos distintas, colocadas uma embaixo da outra, referidas a episódios diferentes. As duas fotos ocupam o centro da primeira-página. Na foto de cima, o corpo de uma menina de 10 anos estupra-

da e morta – o texto da manchete: “Jogada no poço pelo estuprador, MENINA DE 10 ANOS LUTOU ATÉ MORRER”. A foto expõe o corpo da menina abraçado pela mãe, numa posição de Pietá. Há um cordão de isolamento que mantém a pequena multidão que observa a cena a uma certa distância. O olhar do leitor é dirigido para esta cena e, simultaneamente, deslocado pela a cena abaixo: a foto do corpo de uma mulher estirado no meio-fio, observado por dois transeuntes e vigiados por três policiais; um deles, no primeiro plano da foto, porta uma arma; esta segunda foto é secundária, em relação à foto da menina estuprada. As fotos do corpo estuprado, juntamente à cena da mãe desolada (nossa Pietá) e o corpo da mulher, compõem, entretanto, um mesmo texto imagético. O episódio relacionado ao corpo da mulher é narrado em letras garrafais, ocupando de ponta a ponta o rodapé da página: “MULATA NUA E MORTA”; há um sub-texto: “Encontrada com tiros na cabeça numa praça em Nilópolis – Estava com os pés e mãos amarrados – Jogada de um carro – Seria freqüentadora de inferninhos”. E mais, no canto esquerdo da primeira-página, no alto, uma outra manchete acompanhada de uma foto de uma mulher, com um vasto decote informava: “Briga de mulheres”.

O que depreendemos das mensagens textuais desta primeira-página: o estupro de uma menina está, imageticamente, associado a mulheres adultas que brigam e a outra que “freqüentava inferninhos”. Contudo, não bastasse a repetição do *topos* da condição feminina presente na cultural ocidental (numa só página encontramos os dois modelos - tanto da mãe abnegada quanto da prostituta), há um refinamento na direção do olhar, onde o gozo escópico do Outro joga um papel fundamental (CERQUEIRA FILHO, 2002). Vale dizer, o leitor da primeira-página é convidado a partilhar o auditório com as pequenas multidões fotografadas olhando os corpos de estuprados, mutilados, atirados de pedreiras ou ribanceiras. Temos, assim, na sociedade midiática, a reprodução da praça dos autos-de-fé.

6. Vivemos, portanto, uma conjuntura onde o impasse político diante da *questão criminal/social* apresenta-se aparentemente sem saída; bem ao gosto dos setores mais conservadores e reacionários da sociedade brasileira. Ao gosto destes setores, porque quanto mais o caos aparecer como inevitável, naturalizado, a repressão sempre poderá ser invocada como o único caminho. Se as estratégias de controle social autoritárias estão esgotadas, as alternativas possíveis não ganharam espaço político sufi-

ciente para imporem-se. Queremos com isto dizer que, num primeiro momento, no início da transição política, a luta pelos *direitos humanos* inscreveu-se num patamar de denúncias da política de segurança pública e das estratégias de controle social autoritárias. Atualmente, a simples colocação de uma pauta na direção dos direitos humanos, genericamente considerados, é insuficiente. O projeto democrático, já detalhado há mais de uma década atrás, deve se pautar na substituição da idéia de *ordem pública* pela idéia de *segurança pública*, e esclarecer as diferenças, que são muitas. Ordem pública refere-se à concepção autoritária e excludente (dos direitos) que informa as práticas de controle social (nas instituições policiais e judiciárias). Segurança pública vincula-se a uma visão mais generosa da idéia de preservação da vida, com segurança. Embora, durante o regime militar estas questões estivessem afeitas aos órgãos da administração estatal sob a designação de *secretarias de segurança pública*, pois este é o termo moderno mais usualmente empregado, a ideologia da segurança nacional, distorcia a designação e a atuação do sistema configurava-se no sentido da manutenção da ordem social e política. Por *segurança pública/preservação da vida* indica-se a possibilidade de convivência democrática, com liberdade, e direitos (para todos).

Este projeto foi claramente bem explicitado desde o início de 1991 (data do início do segundo governo do Partido Democrático Trabalhista no Rio de Janeiro), embora sem força política. A tentativa de institucionalização de atendimento diferenciado (delegacias de mulheres, de turistas, de acidentes do trabalho, combate à discriminação racial), combinados com uma política de capacitação e formação de profissionais da área de segurança pública (policiais, agentes penitenciários, bombeiros) no espaço público da universidade, tentando a aproximação de saberes acadêmicos com os saberes profissionais, por exemplo, foram medidas adotadas que confirmam a pertinência de projetos e estratégias de controle social no campo democrático, pelo menos no Rio de Janeiro. Cabe à sociedade civil organizada pressionar os meios de comunicação de massa, para alargar o debate. Não que o debate sobre a *violência/questão criminal* não tenha bastante espaço nestes meios; tem e muito. Sugerimos, contudo, o alargamento do espaço no sentido de ouvir e divulgar os projetos democráticos às estratégias de controle social. Ao que tudo indica, estes meios de comunicação de massas fazem exatamente o contrário: trabalham na deslegitimação e desmoralização das autoridades instituídas democraticamente,

esvaziando suas propostas e suas práticas políticas e coadjuvando os setores políticos de direita (para-militares) que, desde os atentados às bancas de jornal até o presente momento não foram investigados e que seguem atuando politicamente na desestabilização das forças democráticas. Os atentados políticos da Candelária e de Vigário Geral, ainda que atingissem pessoas comuns, do povo, que não eram alvos políticos, confirmam nosso argumento.

Bibliografia:

BALANDIER, Georges. **O Poder em Cena**, tradução de Luiz Tupy Caldas de Moura, Brasília: Ed. UnB, 1982.

BATISTA, Vera Malaguti. **O Medo na Cidade do Rio de Janeiro, Dois Tempos de uma História**, Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

BLOCH, Marc. **Introdução à História**, tradução de Maria Manuel Miguel e Rui Grácio, Lisboa: Publicações Europa-América, 1965.

CARVALHO, Salo de. **Pena e Garantias**, Rio de Janeiro: Lúmen Júris/ITEC, 2003.

CASTAÑEDA, Jorge. *Latinoamérica y el fin de la guerra fría*, In Nexos, Ano 13, vol, XIII, N. 153, setembro/1990.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio & NEDER, Gizlene. *A Violência na Boca do Povo*, In **Direito e Avesso**, Brasília: Ed. Nair, 1983.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio & NEDER, Gizlene. **Emoção & Política: (A)ventura e Imaginação Sociológica para o Século XXI**, Porto Alegre: S. A. Fabris Editor, 1997.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **Ideologia do Favor e Ignorância Simbólica da Lei**, Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Estado do Rio de Janeiro, 1003.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **Édipo e Excesso: Reflexões sobre Lei e Política**, Porto Alegre: S. A. Fabris Editor, 2002.

CHALHOUB, Sydney. *Medo Branco de Almas Negras: Esclavos, Libertos e Republicanos na Cidade do Rio*, In **Revista Brasileira de História-ANPUH**, São Paulo: Marco Zero, volume 8, no. 16, março-agosto de 1988.

DA MATTA, Roberto – **Relativizando**, São Paulo: Brasiliense, 1981.

ESSUS, Ana Maria Mauad. *Através da Imagem: Fotografia e História*, In **Tempo-Revista do Departamento de História da UFF**, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Vol. 1 – no. 2, dezembro de 1996.

GINZBURG, Carlo. **História Noturna, Decifrando o Sabá**, tradução de Nilson Moulin Louzada, São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GINZBURG, Carlo. **El Juez y el Historiador, Acotaciones al margen Del caso Sofri**, tradução de Alberto Clavería, Madrid:

Ánaya & Mario Muchnik, 1993.

GINZBURG, Carl. *Sinais: Raízes de um paradigma indiciário*, In **Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História**, São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HOBBSBAWN. **Rebeldes Primitivos, Estudo sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX**, tradução de Nice Rissone, 1ª ed. 1959, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970.

LEVI, Giovanni. *Sobre a Micro-História*, In BURKE, Peter (org.). **A escrita da História**, tradução de Magda Lopes, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

NEDER, Gizlene (A). *Em Busca de um Projeto Alternativo*, In **Ibase-Democracia**, Rio de Janeiro: IBASE, volume X, no. 104 – julho/agosto de 1994.

NEDER, Gizlene (B). *Em Nome de Tântatos*, In **Violência & Cidadania**, Porto Alegre: S.A. Fabris, 1994.

NEDER, Gizlene & NARO, Nancy P. *A instituição policial no Rio de Janeiro e a construção da ordem burguesa no Brasil, 1870/1930*, In **A Polícia na Corte e no Distrito Federal**, Rio de Janeiro: DIE/PUC-RIO, 1982.

NEDER, Gizlene. *Cidade, Identidade e Exclusão Social*, In **Tempo-Revista do Departamento de História da UFF**, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Vol. 20 no. 3, junho de 1997.

NEDER, Gizlene. **Discurso Jurídico e Ordem Burguesa no Brasil**, Porto Alegre: S. A. Fabris, 1995.

SCHORSKE, Carl. **Pensando com a História, Indagações na Passagem para o Modernismo**, tradução de Pedro Maia Soares, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WACQUANT, Lóic. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**, Rio de Janeiro: Freitas Bastos/Instituto Carioca de Criminologia, 2000.

YOUNG, Joc. **A sociedade excludente. Exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente**, tradução de Renato Aguiar, Rio de Janeiro: Revan, 2002.

Notas:

* Parte deste artigo foi apresentado no Colóquio Internacional “Entre o Favor e o Desfavor”, promovido pelo Laboratório Cidade e Poder (UFF/UFF) e a Universidade de Paris I (CNRS), em 2001, e está vinculado a projeto de pesquisa intitulado “Cultura da Violência e Imaginário do Terror”.

¹ Sidney Chalhoub, no *Visões da Liberdade*, dedica um capítulo à esta discussão (CHALHOUB, 1990).

² Retomamos aqui a interpretação contida em outro texto de nossa autoria (NEDER, 1994, B).

